

RECURSO ESPECIAL Nº 1.792.117 - RN (2019/0011941-0)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : ANTONIA RITA DE BRITO ARRUDA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
INTERES. : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
INTERES. : MUNICÍPIO DE MOSSORÓ
PROCURADOR : YANNA CRISTINA DA SILVA TEODOSIO - RN007363

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pela **União** com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fl. 145):

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. FALECIMENTO DA PARTE AUTORA. FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS. CRITÉRIOS DO ART. 85 DO CPC. APLICAÇÃO DA SUCUMBÊNCIA E DA CAUSALIDADE. DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. POSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO. APELAÇÕES NÃO PROVIDAS

1. *Insurgência recursal em face de sentença que extinguiu o processo, sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, IX, do Código de Processo Civil, diante da morte da parte autora, condenando a União, o Estado do Rio Grande do Norte e o Município de Mossoró/RN ao pagamento de honorários advocatícios fixados em R\$ 900,00 (novecentos reais), pro rata, nos termos do art. 85, § 8º, do CPC/2015, considerando o proveito econômico inestimável.*

2. *No que tange ao pagamento de honorários advocatícios, sabe-se que no Direito Brasileiro a imposição dos ônus processuais é pautada pelo princípio da sucumbência, associado ao princípio da causalidade, "de acordo com o qual aquele que deu causa à instauração do processo deve arcar com as despesas dele decorrentes." (TRF5. Segunda Turma. APELREEX 26699/AL. Rei. Des. Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima. DJe 21/06/2013).*

3. *Considerando que foram os entes públicos que deram causa ao ajuizamento da demanda, cuja transferência da parte autora para um leito de UTI mostrou-se necessária diante da gravidade de seu quadro de saúde, devem arcar com o ônus da sucumbência.*

4. *O STF, ao apreciar a questão, entendeu que após as Emendas Constitucionais 45/2004, 74/2013 e 80/2014, houve*

mudança da legislação correlata à Defensoria Pública da União, possibilitando a condenação da União em honorários advocatícios em demandas patrocinadas por aquela instituição de âmbito federal, diante de sua autonomia funcional, administrativa e orçamentária (STF. AgR na Ação Rescisória nº 1.937/DF. Plenário. Rei. Min. GILMAR MENDES. Julg. 30/06/2017. Publ. DJe 09/08/2017).

5. *Precedentes da Terceira Turma: PROCESSO: 08113414720174058300, AC/PE, DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO BRAGA, 3ª Turma, JULGAMENTO: 17/12/2017; PROCESSO: 08059830420174058300, AC/PE, DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA, 3ª Turma, JULGAMENTO: 30/11/2017.*

6. *Apelações não providas.*

A parte recorrente aponta violação ao art. 381 do Código Civil. Para tanto, sustenta o não cabimento da condenação da União ao pagamento de honorários sucumbenciais em favor da Defensoria Pública da União devido ao instituto da confusão.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

De início, verifica-se que o presente recurso abarca discussão acerca do cabimento de condenação em honorários sucumbenciais em favor da Defensoria Pública, tema cuja repercussão geral foi recentemente reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, no bojo do **RE 1.140.005/RJ - Tema 1.002**, julgado que recebeu a seguinte ementa:

*Direito Constitucional. Recurso Extraordinário. Pagamento de honorários à Defensoria Pública que litiga contra o ente público ao qual se vincula. Presença de repercussão geral. 1. A decisão recorrida excluiu a condenação da União ao pagamento de honorários advocatícios à Defensoria Pública da União. 2. A possibilidade de se condenar ente federativo a pagar honorários advocatícios à Defensoria Pública que o integra teve a repercussão geral negada no RE 592.730, Rel. Min. Menezes Direito, paradigma do tema nº 134. 3. As Emendas Constitucionais nº 74/2013 e nº 80/2014, que asseguraram autonomia administrativa às Defensorias Públicas, representaram alteração relevante do quadro normativo, o que justifica a rediscussão da questão. 4. **Constitui questão constitucional relevante definir se os entes federativos devem pagar honorários advocatícios às Defensorias Públicas que os integram.** 5. Repercussão geral reconhecida.*

(RE 1.140.005 RG, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, julgado em 03/08/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-162

Note-se que em recursos versando sobre temas submetidos ao rito da repercussão geral, o STF tem determinado o retorno dos processos para os Tribunais de origem, para aguardar o julgamento do recurso extraordinário representativo da controvérsia. A propósito: **ARE 934.095 AgR-ED-ED**, Rel. Min. Edson Fachin, Primeira Turma, DJe 22/11/2016; **RE 594.695 AgR-AgR**, Rel. Min. Marco Aurélio, Primeira Turma, DJe 25/5/2015; e **RE 543.799 AgR-ED**, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe 3/8/2015.

Assim, em razão de economia processual e para se evitar a prolação pelo STJ de provimentos jurisdicionais em desconformidade com o que vier a ser definitivamente decidido pela Corte Suprema, conveniente que a apreciação do recurso especial fique sobrestada até o esgotamento da competência do Tribunal de origem, que ocorrerá com o juízo de retratação ou de conformação a ser realizado pela instância ordinária após o julgamento do recurso extraordinário, sobre o mesmo tema, afetado ao regime da repercussão geral, nos moldes dos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015.

Essa orientação foi ratificada pela Primeira Turma do STJ, ao decidir que: *"Podendo a ulterior decisão do STF, em repercussão geral já reconhecida, afetar o julgamento da matéria veiculada no recurso especial, faz-se conveniente que o STJ, em homenagem aos princípios processuais da economia e da efetividade, determine o sobrestamento do especial e devolva os autos ao Tribunal de origem para que ali, em se fazendo necessário, seja oportunamente realizado o ajuste do acórdão local ao que vier a ser decidido na Excelsa Corte"* (**AgInt no AgInt no REsp 1.603.061/SC**, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 28/6/2017).

Ademais, no julgamento da **Questão de Ordem no REsp 1.653.884/PR**, também pela Primeira Turma deste Superior Tribunal de Justiça, ficou assentado que, nos casos de devolução do recurso especial ao Tribunal de origem para o aguardo do desfecho da repercussão geral, a Corte recorrida, caso verifique a existência de resíduo não alcançado pela afetação do Supremo Tribunal Federal, deverá determinar o retorno dos autos a este STJ somente após ter exercido o juízo de conformação ao que decidido pelo STF na repercussão geral (**QO no REsp 1.653.884/PR**, Rel. Ministro Sérgio

Kukina, Primeira Turma, DJe 6/11/2017).

ANTE O EXPOSTO, nos termos da fundamentação, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, onde, nos termos dos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015, deverá ser realizado o juízo de conformação ou manutenção do acórdão local, frente ao que será decidido pela Excelsa Corte no **RE 1.140.005/RJ** (Tema 1.002).

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA

Relator

